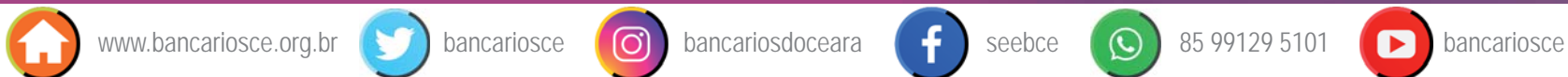


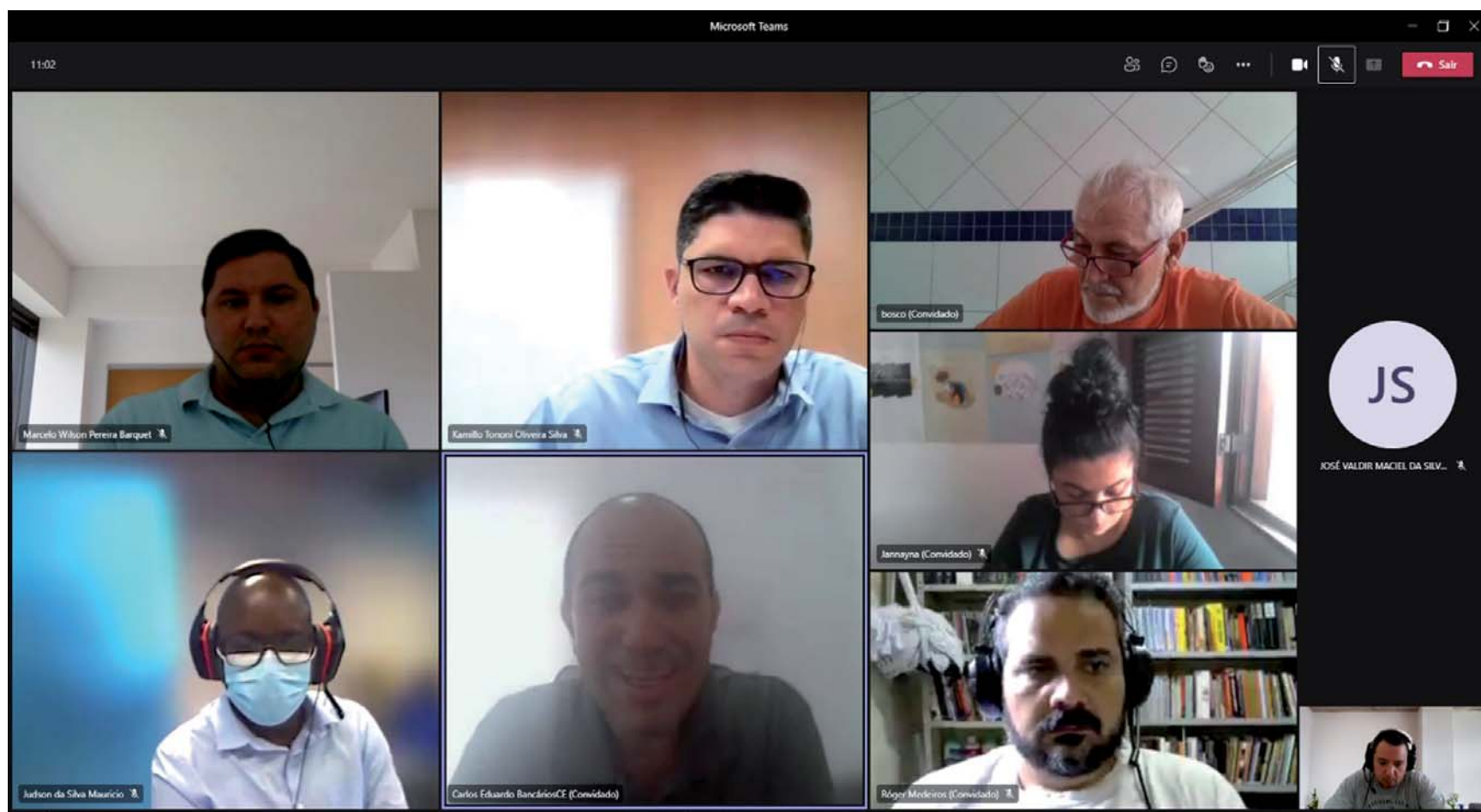
APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1680 | 30/AGOSTO A 4/SETEMBRO DE 2021



Retorno ao trabalho presencial com segurança é uma das prioridades do funcionalismo do BB no Ceará



Durante reunião virtual dia 23/8, o Sindicato debateu esse e outros temas com a direção local do Banco do Brasil **(pág. 3)**

CEE/Caixa e banco se reúnem para debater acordo de teletrabalho (pág. 5)

BNB não pode cobrar IR sobre auxílio creche/babá, afirma Justiça (pág. 7)

ARTIGO

DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES NO SEGUNDO SEMESTRE

Um cenário de desemprego, informalidade, volta da fome e inflação são os pesadelos da população brasileira nesse segundo semestre de 2020 e cada dia fica mais claro que um novo caminho não virá com o governo Bolsonaro.

O movimento sindical bancário acredita que não há perspectiva de crescimento neste governo porque Bolsonaro simplesmente não governa. A situação caótica que estamos enfrentando, agravada ainda mais pela má gestão da pandemia, não vai mudar sozinha.

O governo não tem um projeto para a pandemia, nem para o pós-pandemia, nem um programa de desenvolvimento do país, com geração de emprego e renda, e o presidente se preocupa apenas em propagar fake News, ameaças golpistas e proteger a ele e sua família nos processos em que são citados.

Bolsonaro dizia que teríamos de escolher entre a vida e a economia, quando estava claro que salvando as pessoas, estaríamos salvando a economia. Diante de toda essa inércia e incompetência, o cenário é cada vez mais desanimador. Com o Produto Interno Bruto (PIB) estagnado, fuga de investimento, queda nas vendas no varejo e da renda da população, a crise está escancarada.

O PIB sofreu em 2020 a maior queda dos últimos anos: uma redução de 4,1% em relação a 2019, de acordo com dados do Banco Central. No primeiro semestre deste ano, o PIB cresceu apenas 1,2% e revela uma economia estagnada. Em contrapartida, a inflação vem subindo assustadoramente. Por exemplo, segundo o Dieese, em Fortaleza, no mês de julho, o valor da cesta básica sofreu uma alta de 3,92%, ficando em R\$ 562,82 (55,31% do salário mínimo). Assim, o fortalezense tem de trabalhar 112h34min no mês para adquirir uma cesta básica.

O quadro crítico se escancara quando se trata de emprego. A crise econômica que se acentuou com a pandemia teve como saldo a redução de 10 milhões de postos de trabalho no final de 2020. Nos três primeiros meses de 2021 já eram 14,8 milhões de pessoas desempregadas. Já o número de trabalhadores sem carteira assinada vinha aumentando gradualmente nos governos Temer e Bolsonaro. Ao final de 2019 atingia o maior contingente, de 11,8 milhões de trabalhadores informais. Em 2020, no entanto, vem a queda abrupta e o índice dos informais empregados despencou para 8,7 milhões.

A gravidade aumenta quando é feita a combinação de desemprego, estagnação econômica e inflação, outro fantasma que aterroriza a população e os trabalhadores. Nos sete primeiros meses de 2021, a inflação dobrou. Em janeiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) era de 5,53%. Em julho, passou para 9,85%. Os dados são do IBGE e do Banco Central, elaborados pelo Dieese. Para agosto, a estimativa é que o INPC passe para 9,96%. Com isso, cada dia mais aumenta o número de pessoas que estão voltando para a linha da miséria, que não tem condições de comprar alimentos e que se submetem a entrar em filas de distribuição de ossos para ter o que comer.

Nos dias 3 e 4 de setembro vamos realizar a Conferência Nacional dos Bancários. Esse ano não haverá campanha salarial, pois, acertadamente, mais uma vez, fechamos um acordo bianual e seremos uma das poucas categorias com aumento acima da inflação. Entretanto, temos o desafio de nos organizarmos nesse cenário tão difícil. Um desses desafios é nos posicionarmos e traçarmos estratégias de luta contra esse governo não apenas inapto e incompetente, mas pior, cruel e desumano. Esse governo nos exclui e nos ameaça a cada dia e precisamos nos manifestar contra ele, defendermos a democracia – pois sem ela, não há direitos – se quisermos reconstruir o Brasil que queremos. #EstamosNessaLutaComVocê.



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
 Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
 Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

Sindicato debate retorno ao trabalho presencial e outros temas com representação local do BB

O Sindicato dos Bancários do Ceará se reuniu, virtualmente, dia 23/8, com a direção local do Banco do Brasil, para debater o retorno seguro ao trabalho presencial, protocolos de saúde, realocação do prédio da Praça do Carmo e algumas questões referentes a locais de trabalho e processos administrativos. O Sindicato questionou ainda sobre a licença interesse e o quantitativo de funcionários nas agências.

Pelo Sindicato, participaram o presidente da entidade, Carlos Eduardo e os diretores José Eduardo Marinho, Róger Medeiros, Bosco Mota, Jannayna Lima e Valdir Maciel. Pelo banco participaram Marcelo Barquet (Gepes), Judson da Silva (Superintendencia Administrativa), além do Superintendente Kamillo Tononi.

O primeiro assunto abordado foi o retorno ao ambiente de trabalho. O Sindicato sustentou, como tem feito em reunião com a Fenaban, que o retorno seja negociado e seja feito somente quando os bancários estiverem totalmente vacinados e obedecendo a protocolos de segurança sanitária. A proposta teve bons ouvidos pela gestão do banco no Ceará, que afirmou que cerca de 15% do quadro de funcionário do Ceará ainda está em teletrabalho. “Existe um protocolo por parte do banco, segundo o comunicado interno datado do dia 12/5/2021 no hotsite sobre COVID, ressaltando que o retorno só se dá quando avaliado pelo serviço de medicina do trabalho do banco - SESMT”, afirmou a Gepes, o que foi confirmado pela Superintendência do Banco do Brasil.

O Banco informou ainda que está aguardando as negociações entre o Comando Nacional e a Fenaban sobre o retorno ao trabalho, onde deve ser acertado um protocolo mínimo geral para todos os bancos.



O Sindicato reforçou o pedido para que os protocolos de saúde continuem e que não sejam medidos esforços para que os colegas que estão no trabalho presencial tenham sua condição de saúde e segurança respeitados. “Nesse momento em que algum tipo normalidade é pensado, não podemos achar que a pandemia acabou. É fundamental ressaltar isso: a pandemia não acabou, os colegas precisam ser vacinados e as medidas de distanciamento e sanitárias precisam continuar”, enfatizou o diretor do Sindicato, José Eduardo Marinho.

LICENÇA-INTERESSE – Com relação à licença-interesse, o BB informou que tem regras que devem ser cumpridas, assim como prazos para que o funcionário em licença não corra o risco de ter um processo administrativo, podendo inclusive tentar ser realocado em outra praça, dependendo da existência de vagas.

PRAÇA DO CARMO – O superintendente Kamillo Tononi informou que não há estudo de realocação das agências que funcionam no prédio da Praça do Carmo. O que está sendo avaliado é a possibilidade de transferência de alguns órgãos para outros prédios

com melhor estrutura no Estado, por exemplo a AJURE. “Essa é uma importante mensagem para a categoria no sentido de tranquilizar os colegas que trabalham nas agências da Praça do Carmo, no sentido de garantir a continuidade do funcionamento do BB no prédio. Apostamos que a pressão e o diálogo são ferramentas importantes para a conquista de novos direitos da nossa categoria”, avalia o diretor do Sindicato, Róger Medeiros.

O banco informou ainda que a estátua da Mulher Rendeira já retornou ao seu local (prédio da Praça do Carmo) e que, devido a pandemia, não houve nenhum evento presencial para re colocação da obra de arte. Essa pauta, do retorno da obra de arte ao seu devido local, foi tema de pauta de reuniões com o BB local há alguns meses.

Os dirigentes também questionaram o quantitativo insuficiente de funcionários em algumas localidades, o que dificulta o atendimento em vários municípios, como no caso da cidade de Canindé. O banco respondeu que tem dificuldades em fazer movimentações sem que os funcionários mostrem o interesse.

Nova rodada de negociação local deve ser agendada para final de setembro ou início de outubro.

Caixa vai avaliar apontamentos dos empregados ao acordo de teletrabalho

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal se reuniu dia 24/8 para tratar sobre o acordo de teletrabalho e banco de horas em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus. A pauta, que é debatida desde 2020, e reforçada em todas as mesas de negociações, como na ocorrida em março, passou a ser debatida após a Caixa apresentar uma minuta para o debate, no final de junho, após nova cobrança da representação dos empregados.

“Apresentamos diversas contrapropostas à minuta que nos foi trazida pelo banco, que vai analisá-las e nos responder. Mas, ressaltamos que existem pontos que não abrimos mão, como a prorrogação do home office até que haja segurança sanitária para o retorno ao trabalho presencial, ainda mais com o avanço da variante delta, e a isenção de responsabilidade dos empregados por possíveis doenças ocupacionais geradas devido à falta de condições adequadas de trabalho”, disse a coordenadora da CEE, Fabiana Uehara Proscholdt. “Mas, as maiores divergências estão nas cláusulas que tratam do banco de horas e das horas-extras. São pontos que foram inseridos pelo banco como condição para avançar no acordo sobre teletrabalho”, afirmou a coordenadora da CEE/Caixa.

JORNADA DE TRABALHO – O banco quer estabelecer que o controle da jornada em trabalho remoto seja



facultativo e estabelecido mediante prévia negociação entre o empregado e o gestor. A CEE/Caixa deixou claro que o controle da jornada deve ser obrigatório.

HORAS-EXTRAS – Ao tratar sobre o pagamento das horas trabalhadas a mais pelos empregados, o banco inseriu um parágrafo no qual tenta estabelecer “a composição de banco de horas para as horas extraordinárias”, numa proporção de uma hora de descanso para cada hora adicional trabalhada. Isso prejudica, principalmente, os trabalhadores que estão trabalhando na linha de frente para o atendimento à população. Mas, também aqueles que estão em home office e tiveram que se desdobrar para cumprir as metas estabelecidas pelo banco e não sofrer perdas em suas remunerações.

POLÊMICA – Um dos pontos mais

polêmicos é a cláusula sobre saúde e segurança do trabalho. O banco inseriu na minuta uma série de orientações de postura e rotinas, inclusive para a vida pessoal, e busca transferir ao empregado a responsabilidade por possíveis futuras doenças ocupacionais geradas devido ao trabalho realizado em home office.

OUTROS PONTOS – Existem ainda outros pontos de divergência, como a necessidade do funcionário em home office comparecer presencialmente ao local de trabalho. A Caixa ficou de analisar os destaques feitos pela representação dos empregados e responder assim que possível.

Antes do fim da reunião a coordenadora da CEE/Caixa cobrou a realização de outras mesas de negociações para tratar de outros assuntos, como a implementação do GT de promoção por mérito e as mudanças na Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP).



BB: Justiça decreta reestabelecimento da função de caixa em todo o Brasil

Uma Ação Civil Pública ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) garante o reestabelecimento da função de caixas para todos os funcionários do Banco do Brasil no país. A decisão foi reafirmada dia 23/8. O banco queria produzir prova testemunhal, mas o Juiz foi categórico ao afirmar que só aceitará provas documentais.

No encontro, foi tratado o descumprimento da decisão liminar do início do ano em algumas bases, como Bauru e Maranhão. “O BB não cumpriu por esses sindicatos não serem filiados nem à Contraf-CUT, nem à Contec, mas a decisão é para o Brasil inteiro. Isso foi esclarecido hoje. O banco tem que cumprir até o dia 1º/9 e pagar os retroativos em até 30 dias, a partir desta segunda”, explicou a advogada da Contraf-CUT,

Renata Cabral, do escritório Crivelli Advogados. Agora, o processo avança para o julgamento, ainda sem data marcada. “É uma vitória da classe trabalhadora, por isso temos de comemorar. A Contraf-CUT defende os direitos de toda a classe trabalhadora, principalmente, de toda a categoria bancária”, afirmou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

O Juiz se colocou à disposição para uma possibilidade de acordo. “A Contraf-CUT representa os funcionários e está sempre disposta a negociar, desde que os direitos dos trabalhadores sejam garantidos. Mas, o banco não trouxe nenhuma sinalização de acordo”, lamentou Fukunaga.

HISTÓRICO – Em fevereiro, a

Contraf-CUT entrou com uma Ação Civil Pública pedindo à Justiça do Trabalho que o BB fosse impedido de extinguir a função e a gratificação dos caixas executivos, previsto no Plano de Reestruturação divulgado em janeiro. O juiz da 6ª Vara do Trabalho de Brasília deferiu a tutela de urgência requerida pela Contraf-CUT, decisão em plena vigência. Na decisão em favor da Contraf-CUT, o magistrado Antonio Umberto de Souza Junior destacou que o Banco do Brasil tem o direito de definir o número de empregados em cada função, mas não de “promover tamanha insegurança jurídica e financeira, deixando de ter o caixa interino qualquer noção do que efetivamente receberá pelo mês trabalhado, dependendo do fluxo de clientes e dos humores ou bom senso de seu superior hierárquico”, explicou.

PLR Banco do Brasil 2021 será creditada em 31 de agosto



A pedido da Contraf-CUT e dos representantes sindicais em todo o país, o Conselho de Administração do BB aprovou o pagamento da PLR Banco do Brasil 2021 aos funcionários na terça-feira, 31 de agosto, mesma data em que serão distribuídos os dividendos aos acionistas. “Os funcionários deram duro para chegar ao lucro atingido. Nada mais justo eles terem direito a receber esse valor o mais rapidamente possível”, afirmou João Fukunaga, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB).

O pagamento da PLR Banco do Brasil 2021, conquistada após a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho na Campanha Nacional de 2020, só ocorre após a distribuição de dividendos, ou juros sobre capital próprio, aos acionistas – incluindo o governo, que detém 50% das ações do BB; investidores estrangeiros com 21,5%; investidores nacionais com 28,1%; e ações em tesouraria, com 0,4%. Em

linhas gerais, não é possível simular previamente a PLR do Banco do Brasil 2021 porque este cálculo depende de etapas: separar o montante para os acionistas; fazer a distribuição para os acionistas, calcular o salário paradigma e a quantidade de salários e o módulo bônus para enfim, fazer o pagamento da PLR.

O Acordo Coletivo de Trabalho do BB sobre PLR prevê o pagamento 10 dias úteis após a distribuição de dividendos, e todo semestre a Contraf-CUT reivindica sempre a antecipação, tendo conseguido em anos anteriores: 2019: os acionistas receberam em 30 de agosto, e a PLR foi paga no mesmo dia. Março de 2020 os acionistas receberam em 5 de março, e a PLR paga no mesmo dia. Setembro de 2020 os acionistas receberam em 31 de agosto e foi um ano de renovação do ACT, então a PLR foi paga após a assinatura do acordo, em 20 de setembro. Em março de 2021 os acionistas receberam em 3 de março e a PLR paga no dia 12 de março.

CGPAR 23:

Líder do governo pede retirada do PDL 342 da pauta

O líder do governo Bolsonaro no Senado, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), solicitou, logo na abertura da sessão, para que o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021, que susta os efeitos da CGPAR 23 fosse retirado da pauta de votação do dia 25/8.

Segundo Bezerra, um parecer do Ministério da Economia contrário ao projeto afirma que o PDL 342 pode causar impactos elevados nas contas das estatais. O pedido de retirada da pauta foi feito em acordo com o relator do projeto na casa, senador Romário (PL-RJ). O presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), acatou o pedido e informou que o PDL será retirado de pauta para possibilitar o amadurecimento da matéria.

Para o responsável da Contraf-CUT pelo acompanhamento das questões de interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional, Jeferson Meira, o Jefão, trata-se de uma manobra do governo para tentar evitar a derrubada da CGPAR 23. “O líder do governo já havia tentado uma manobra durante a semana, ao entrar com um pedido para que o projeto fosse analisado pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais). No dia seguinte ele mesmo retirou o requerimento. Agora, no dia em que estava prevista a votação ele me aparece com este parecer do Ministério da Economia. Está na cara que foi uma manobra para evitar a aprovação do projeto e a consequente derrubada da CGPAR 23”, observou. O PDL 342/2021 foi aprovado na Câmara dos Deputados como PDC 956/2018, de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT/DF). Vote no e-cidadania e apoie o PDL 342. <https://bit.ly/3sv9INV>.

Justiça manda BNB parar de cobrar IR obre Auxílio-Creche/babá

O Juiz da 5ª Vara Federal determinou, para fins de cumprimento da obrigação de fazer, que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) interrompa, imediatamente, a cobrança na fonte de imposto de renda sobre auxílio-creche/babá que vinha sendo efetuada, mesmo após o Sindicato dos Bancários do Ceará ter conseguido provar na Justiça que tal desconto é indevido.

Ao mandar o BNB cumprir a obrigação de fazer, o Juiz materializa a decisão de mérito anteriormente prolatada e ainda dá o prazo de 30 dias para que a Instituição Financeira comprove nos autos o efetivo cumprimento da determinação. Com essa decisão, o Sindicato dos Bancários do Ceará poderá iniciar a fase de execução da Ação, realizando o cálculo das restituições dos valores indevidamente cobrados, com atualização retroativa aos últimos cinco anos.

ENTENDA O CASO – A ação foi ajuizada em 12 de dezembro de 2018 e pede ainda que a União Federal seja condenada a ressarcir todos os valores cobrados indevidamente nos últimos cinco anos, beneficiando todos os empregados do BNB que recebem ou que receberam Auxílio Creche/Babá nos últimos cinco anos. Decisão proferida em 1ª instância pela 5ª Vara Federal do Ceará, em favor do Sindicato dos Bancários do Ceará, reconheceu, em julho de 2019, que não deve incidir imposto de renda sobre o Auxílio Creche/Babá pago aos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil. Os valores concedidos a título de auxílio-creche/babá não assumem qualquer viés de acréscimo patrimonial. Sendo assim é nítida sua natureza indenizatória, inexistindo ocorrência de fato gerador do tributo.

“Esta é mais uma vitória da persistência política do Sindicato, através do seu competente corpo de advogados. Persistência em não abrir mãos dos direitos dos seus representados que, nesse caso, envolve centenas de trabalhadores(as) com filhos em idade de até 7 anos e faz valer conquista da categoria celebrada em Acordo Coletivo de Trabalho vinculado à Convenção Coletiva Nacional dos Bancários”
Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e funcionário do BNB



COE Itaú e Comando Nacional se reúnem com diretor de RH do banco

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú e alguns membros do Comando Nacional dos Bancários se reuniram com a direção do banco, dia 25/8, para debater as mudanças que afetam a categoria e as relações de trabalho implementadas pelo banco nos últimos anos. O diretor executivo de Pessoas do Itaú Unibanco, Sérgio Fajerman, foi convidado para abordar como a concorrência no sistema financeiro traz uma série de desafios para o banco, que gera as mudanças.

Juvandia Moreira, uma das coordenadoras do Comando Nacional e presidenta da Contraf-CUT, lembrou que o Brasil passa por uma conjuntura de extremo retrocesso, com um número de desemprego altíssimo, o aumento da fome, da miséria e da população de rua.

Juvandia apontou ainda que estão acontecendo muitas mudanças no sistema financeiro, como no formato de agências, transferências de valores e formas de pagamentos, que têm acarretado muitas demissões. “Por isso, nós temos que ouvir a direção do banco para tentar entender o lado deles. As portas abertas para o diálogo são sempre muito importantes. É fundamental e uma das coisas que o movimento sindical bancário mais valoriza”, completou.

Jair Alves, coordenador da COE Itaú, concorda que a reunião foi muito proveitosa. “Foi muito boa a reunião



com o Sergio Farjeman, na qual foram pontuados vários pontos que a Comissão já vem negociando com o banco, como emprego, saúde e novas transformações no meio bancário. Outro ponto importante trazido pelo banco e que vamos abrir negociação é sobre Diversidade”.

Sindicato protesta contra fechamento de agências no Ceará

O Sindicato dos Bancários do Ceará esteve, no último dia 26/8, as agências do Bradesco que devem ter suas atividades encerradas no próximo dia 17/9: Gomes de Matos, Bárbara de Alencar e Barão do Rio Branco. A atividade fez parte ainda da Campanha de Valorização dos funcionários do banco. Os bancários enfatizaram os prejuízos com o fechamento de unidades de atendimento, o alto índice de demissões, além de cobrarem melhores condições de trabalho, o fim da pressão por metas, cada vez mais abusivas, e do assédio moral.

Em plena pandemia, o banco vem batendo recordes de lucratividade, mas, em contrapartida, onera seus funcionários com metas abusivas, assédio moral, ameaça de demissões, redução de quadros e fechamento de agências, o que também precariza o atendimento à população. Com o slogan “Que Vergonha Bradesco”, as entidades representativas dos funcionários vêm denunciando, nas ruas e nas redes sociais, a postura intransigente do banco. A campanha acontece todas as quintas, com tuitos e manifestações.

“O Sindicato vem recebendo inúmeras denúncias a respeito da cobrança incessante de metas abusivas no estado do Ceará. Estamos realizando diligências para averiguar essa prática condenável que precariza as condições de trabalho e causa adoecimento no quadro de funcionários, tanto físico quanto mental. Queremos respeito, valorização e condições de trabalho decente”, destacou o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Telmo Nunes.



“Ivermectina é para gado”

A FDA (Agência Americana de Alimentos e Medicamentos) ironizou o uso da ivermectina para o tratamento da covid-19. No Brasil, o medicamento é defendido por Bolsonaro, que apoia um “tratamento precoce”. Em post nas redes sociais, o órgão diz: “Você não é um cavalo. Você não é uma vaca. Sério, pessoal. Parem com isso”. A FDA, que corresponde a Anvisa nos EUA, reforça que a ivermectina não é um antiviral. “Tomar doses excessivas desse medicamento é perigoso e pode causar sérios danos”, alerta. A FDA recomenda que as pessoas continuem a seguir as formas efetivas de se proteger usando máscara, praticando o distanciamento e lavando as mãos.

Qual o problema de a energia ficar um pouco mais cara?

O aumento na conta de luz tem pesado no orçamento das famílias e é um dos fatores que pressionam a inflação, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, não vê problemas para atravessar o atual momento. “Qual o problema agora que a energia vai ficar um pouco mais cara porque choveu menos?”, disse o ministro durante o lançamento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, atribuindo o fato de as pessoas estarem falando sobre o assunto por conta de uma provável “antecipação do período eleitoral”. Pressionada pelo aumento da conta de luz, a inflação acumulada em 12 meses chegou à marca de dois dígitos em quatro capitais no IPCA-15 de agosto: Porto Alegre (10,37%), Goiânia (10,67%), Fortaleza (11,37%) e Curitiba (11,43%).

Casa da Moeda não será privatizada

Após pressão interna e externa, o Governo Bolsonaro retirou a Casa da Moeda do Programa Nacional de Desestatização (PND). A decisão foi tomada após reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) dia 25/8. A decisão é uma vitória do Sindicato Nacional de Moedeiros, que representa os trabalhadores da Casa da Moeda, de parlamentares que compõem a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Casa da Moeda, e de todos os brasileiros que se mobilizaram para evitar mais esse crime contra o patrimônio e a soberania nacionais.